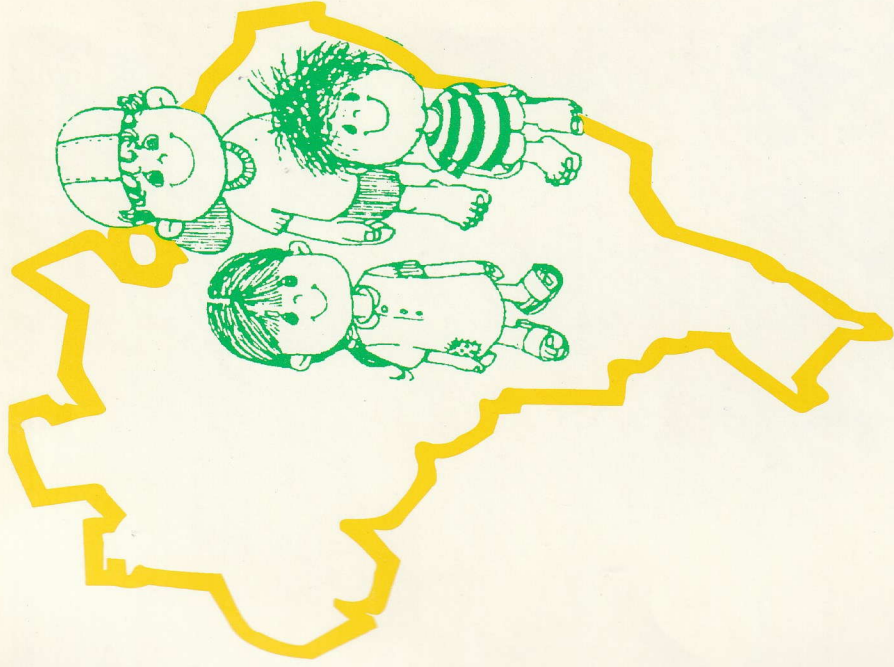


A CRIANÇA E A IGREJA NO BRASIL



Cadernos de Formação nº 01

Apoio:



INSTITUTO MARISTA DE
SOLIDARIEDADE



Instituto Marista de Solidariedade - MS
Rua São Paulo 818 • Sala 1201 • Centro • Tel/Fax: (031) 224-4509
30170-131 • Belo Horizonte • MG • Brasil

APRESENTAÇÃO



O presente estudo, tem por objetivo responder, mesmo que de forma inicial, às questões históricas sobre a ação da Igreja na área de atendimento à infância e à adolescência carentes ou abandonadas no território brasileiro.

O estudo se atém a três momentos fortes da nossa história: os períodos colonial, imperial e republicano, este até meados de 1977, quando surge a Pastoral do Menor. Não é intuito deste trabalho analisar a questão na época atual. Ele visa, tão somente resgatar a situação histórica para melhor ler o presente.

O estudo é bastante sintético, sem a pretensão de esgotar o assunto. Quer apenas chamar atenção sobre seus aspectos mais relevantes.

A partir desta data, a história encontra-se relatada no Caderno de Formação nº 2, sob o título "História da Pastoral do Menor do Brasil".

Equipe de Formação da Pastoral do Menor.

INTRODUÇÃO

Crianças e Adolescentes no Brasil vivem uma situação de desconforto. Inconformadas por uma pátria que lhes desrespeita os direitos, incomodam a sociedade que lhes ignora. Neste sentido tornou-se célebre a frase de D. Luciano Mendes de Almeida, em fins da década de 70: "O Menor não é problema, é solução", que apontava para uma reorganização social pautada na justiça e na solidariedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, regulamentando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, parte do princípio da Prioridade Absoluta para as Crianças e Adolescentes e se fundamenta na Doutrina da Proteção Integral. Em seu artigo 4º o ECA sinaliza claramente através da expressão "é dever", que os direitos das crianças e adolescentes sejam considerados deveres das gerações adultas. Mas, tendo recebido o reconhecimento de ser uma legislação avançada, esbarra frequentemente na omissão política, pela garantia dos direitos fundamentais bem como, nos discursos com palavras quase sempre vazias de significado da classe dirigente. Mas como foi a história da Criança e do Adolescente no Brasil? Como eram tratadas as Crianças e Adolescentes nos vários períodos de nossa história? E as Crianças e Adolescentes índias, negras e brancas, que protagonismo ocuparam na Igreja, na sociedade e no Estado?

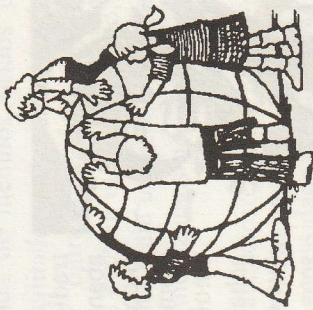
A história atual das Crianças e Adolescentes brasileiras não é algo desintegrado dos 500 anos de Colonização, Evangelização e Desenvolvimento do Brasil. Há uma história fazendo percurso que parece desembocar sempre num mundo adulto omissivo e desrespeitador de Crianças e Adolescentes.

Este Caderno de Formação apresenta a história nos seus períodos: Colonial, Imperial, Transição Republicana e Décadas de 60 e 70 e propõe uma releitura da História do Brasil na ótica infanto-juvenil. Por isso é importante que se faça esta leitura sob o ponto de vista da Doutrina da Proteção Integral.

1. SOCIEDADE COLONIAL (1500 - 1822)

O período colonial foi marcado pela chegada das primeiras expedições portuguesas que tinham como finalidades básicas a conquista de novas terras e sua defesa. Dessa forma, eram compostas somente de homens e não de famílias.

Em meados do século XVI, vem o primeiro grupo de religiosos: a Companhia de Jesus. A sua preocupação era a conversão das populações indígenas. Tendo em vista a dificuldade de evangelização dos adultos já enraizados nas crenças ancestrais, fazem a catequese para as crianças a fim de chegar às tribos. Os colonizadores ficavam admirados com a liberdade que as crianças indígenas possuíam. Entre os índios, as crianças tinham seus direitos, bem como seus desejos e aspirações, respeitados. Causava espanto também o fato de ver pais e filhos menores vivendo em harmonia, sem uso de castigos ou medidas enérgicas. Os religiosos viam isso como falta de educação.



A visão indígena dos direitos fundamentais da criança se opunha à europeia, na qual a supremacia dos adultos, especialmente dos homens, era o valor maior.

Os missionários, na perspectiva educativa lusitana, afogaram tal espontaneidade infantil e, com uma educação autoritária, buscaram moldar os meninos indígenas aos padrões comportamentais lusitanos. E, para facilitar este trabalho, mandaram vir de Portugal meninos órfãos. Estes serviram como modelos de crianças comportadas.

Mas se essa rigidez funcionava na educação das crianças indígenas, a conduta dos colonizadores se enchia de aberrações. Queriam as índias e negras só para amásias. O pai nem sempre assumia a responsabilidade de manutenção das crianças. Isso levou muitas mães a abandonarem seus filhos. Outras vezes a desonra naquela sociedade patriarcal é que levava ao abandono da criança, pois a perda da virgindade constituía delito grave.

Analisada como um todo, a questão da criança no período colonial, apresentava três problemas básicos:

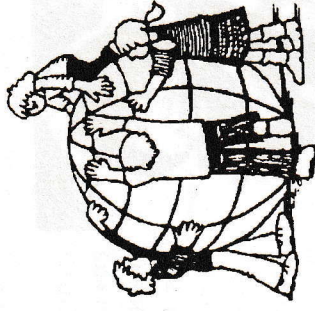
- 1.1. A Educação dos Meninos Indígenas
- 1.2. O Amparo As Crianças Enjeitadas
- 1.3. A Defesa da Virgindade Feminina

Estas três questões serão desenvolvidas a seguir:

1. SOCIEDADE COLONIAL (1500 - 1822)

O período colonial foi marcado pela chegada das primeiras expedições portuguesas que tinham como finalidades básicas a conquista de novas terras e sua defesa. Dessa forma, eram compostas somente de homens e não de famílias.

Em meados do século XVI, vem o primeiro grupo de religiosos: a Companhia de Jesus. A sua preocupação era a conversão das populações indígenas. Tendo em vista a dificuldade de evangelização dos adultos já enraizados nas crenças ancestrais, fazem a catequese para as crianças a fim de chegar às tribos. Os colonizadores ficavam admirados com a liberdade que as crianças indígenas possuíam. Entre os índios, as crianças tinham seus direitos, bem como seus desejos e aspirações, respeitados. Causava espanto também o fato de ver pais e filhos menores vivendo em harmonia, sem uso de castigos ou medidas enérgicas. Os religiosos viam isso como falta de educação.



A visão indígena dos direitos fundamentais da criança se opunha à europeia, na qual a supremacia dos adultos, especialmente dos homens, era o valor maior.

Os missionários, na perspectiva educativa lusitana, afogaram tal espontaneidade infantil e, com uma educação autoritária, buscaram moldar os meninos indígenas aos padrões comportamentais lusitanos. E, para facilitar este trabalho, mandaram vir de Portugal meninos órfãos. Estes serviram como modelos de crianças comportadas.

Mas se essa rigidez funcionava na educação das crianças indígenas, a conduta dos colonizadores se enchia de aberrações. Queriam as índias e negras só para amásias. O pai nem sempre assumia a responsabilidade de manutenção das crianças. Isso levou muitas mães a abandonarem seus filhos. Outras vezes a desonra naquela sociedade patriarcal é que levava ao abandono da criança, pois a perda da virgindade constituía delito grave.

Analisada como um todo, a questão da criança no período colonial, apresentava três problemas básicos:

- 1.1. A Educação dos Meninos Indígenas
- 1.2. O Amparo Às Crianças Enjeitadas
- 1.3. A Defesa da Virgindade Feminina

Estas três questões serão desenvolvidas a seguir:

1.1. A EDUCAÇÃO DOS MENINOS INDÍGENAS

1.1.1- Os Meninos Indígenas - Instrumentos de Evangelização

Os Jesuítas foram os evangelizadores dos primórdios da colonização até 1580. Sua missão específica era a conversão dos índios. A primeira expedição chegou à Bahia em 1549, comandada por Manuel da Nobrega, atendendo a uma convocação do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza.

Na execução de sua missão, encontraram como dificuldades principais:

- populações indígenas numerosas;
- o número reduzido de missionários;
- a pouca perseverança dos adultos.

Os índios adultos eram muito apegados às tradições religiosas e costumes tribais e por isso abandonavam logo a nova crença. Frente à dificuldade encontrada, os missionários fizeram uma nova opção. Como os meninos eram mais fáceis, mais maleáveis e amoldavam-se mais rapidamente à cultura lusitana, acharam que a evangelização deveria partir da infância e que os "curumins" seriam instrumentos de conversão de seus pais, parentes e da tribo como um todo.



Para preparar os indiozinhos para essa missão, criaram as *Confrarias*. Houve, porém, um choque de culturas, pois, os missionários não souberam respeitar as diferenças entre a cultura indígena e a lusitana. Deixaram-se também envolver pelos preconceitos dos colonizadores lusos contra os indígenas.

Apesar desses entaves, o resultado foi muitas vezes "satisfatório", conforme constata-se no depoimento de José de Anchieta:

"Temos também em casa conosco alguns filhos dos gentios, que atraímos a nós de diversas partes. Estes apartam-se tanto dos costumes dos pais que, passando aqui perto de nós o pai de um, e visitando o filho, este muito longe esteve de lhe mostrar qualquer amor filial e terno, de maneira que só por pouco tempo, contra a vontade e obrigado por nós, é que falou com o pai; e outro, estando já há muito separado dos pais, indo de caminho uma vez com os nossos Irmãos pela aldeia que a mãe habitava, e dando-lhe estes licença de a vir visitar se quisesse, passou sem saudar a mãe; deste modo põem muito acima do amor dos pais o amor que nos têm. Louvor e glória a Deus, de quem deriva todo o bem."

Se os meninos se amoldavam à nova cultura, perdiam, por outro lado, suas raízes culturais. A catequese que se apresentava de forma branda, atrativa, tornava o índio impotente frente ao invasor. O primeiro fruto dessa influência foi a desagregação familiar. Destruuiu-se na raiz a organização familiar e tribal e, o uso dos "meninos pregadores" contribuiu para imposição da cultura portuguesa.

1.1.2 Os Órfãos Portugueses: Instrumentos de Aculturação

A fim de tornar mais eficazes a evangelização e catequese dos indígenas, os jesuítas solicitaram à Coroa a vinda de meninos órfãos de Portugal. O convívio com eles seria instrumento facilitador na assimilação dos valores luso-cristãos pelos meninos índios. Por outro lado, os meninos portugueses também aprenderiam valores indígenas como a música, o canto, a dança, o corte do cabelo. Se para Portugal esses órfãos eram um problema, para o Brasil eram solução: facilitavam a educação dos indiozinhos nos padrões da cultura lusitana.

O projeto de evangelização jesuítico, audacioso, tinha também intenções vocacionais. Houve órfãos portugueses que se tornaram sacerdotes. A mesma tentativa foi feita junto aos índios. Porém, a necessidade de escravizar o índio criou também a imagem negativa sobre o mesmo, bloqueando a possibilidade de acesso ao sacerdócio.

Após três décadas de presença missionária, foi vetado aos índios, mamelucos ou seus descendentes, o acesso à formação sacerdotal e religiosa, cortou-se também a possibilidade de acesso ao mundo cultural ocidental através das escolas dos jesuítas. E isto passou a ser uma atitude oficial da Igreja a partir dos fins do século XVI, adotada não só pelos jesuítas, mas também os beneditinos.

1.1.3 As Confrarias do Menino Jesus

De 1550 a 1560 existiram no Brasil as Confrarias do Menino Jesus. Eram instituições mantidas e dirigidas por religiosos e confrades leigos que acolhiam os órfãos e os indígenas para uma educação mais aprimorada.

As confrarias religiosas garantiam a subsistência. Esses meninos eram preparados



1.1. A EDUCAÇÃO DOS MENINOS INDÍGENAS

1.1.1- Os Meninos Indígenas - Instrumentos de Evangelização

Os Jesuítas foram os evangelizadores dos primórdios da colonização até 1580. Sua missão específica era a conversão dos índios. A primeira expedição chegou à Bahia em 1549, comandada por Manuel da Nobrega, atendendo a uma convocação do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza.

Na execução de sua missão, encontraram como dificuldades principais:

- populações indígenas numerosas;
- o número reduzido de missionários;
- a pouca perseverança dos adultos.

Os índios adultos eram muito apegados às tradições religiosas e costumes tribais e por isso abandonavam logo a nova crença. Frente à dificuldade encontrada, os missionários fizeram uma nova opção. Como os meninos eram mais fáceis, mais maleáveis e amoldavam-se mais rapidamente à cultura lusitana, acharam que a evangelização deveria partir da infância e que os “*curumins*” seriam instrumentos de conversão de seus pais, parentes e da tribo como um todo.



Para preparar os indiozinhos para essa missão, criaram as *Confrarias*. Houve, porém, um choque de culturas, pois, os missionários não souberam respeitar as diferenças entre a cultura indígena e a lusitana. Deixaram-se também envolver pelos preconceitos dos colonizadores lusos contra os indígenas.

Apesar desses entraves, o resultado foi muitas vezes “satisfatório”, conforme constata-se no depoimento de José de Anchieta:

“Temos também em casa conosco alguns filhos dos gentios, que atraímos a nós de diversas partes. Estes apartam-se tanto dos costumes dos pais que, passando aqui perto de nós o pai de um, e visitando o filho, este muito longe esteve de lhe mostrar qualquer amor filial e terno, de maneira que só por pouco tempo, contra a vontade e obrigado por nós, é que falou com o pai; e outro, estando já há muito separado dos pais, indo de caminho uma vez com os nossos Irmãos pela aldeia que a mãe habitava, e dando-lhe estes licença de a vir visitar se quisesse, passou sem saudar a mãe; deste modo põem muito acima do amor dos pais o amor que nos têm. Louvor e glória a Deus, de quem deriva todo o bem.”

Se os meninos se amoldavam à nova cultura, perdiam, por outro lado, suas raízes culturais. A catequese que se apresentava de forma branda, atrativa, tornava o índio impotente frente ao invasor. O primeiro fruto dessa influência foi a desagregação familiar. Destruuiu-se na raiz a organização familiar e tribal e, o uso dos “meninos pregadores” contribuiu para imposição da cultura portuguesa.

1.1.2 Os Órfãos Portugueses: Instrumentos de Aculturação

A fim de tornar mais eficazes a evangelização e catequese dos indígenas, os jesuítas solicitaram à Coroa a vinda de meninos órfãos de Portugal. O convívio com eles seria instrumento facilitador na assimilação dos valores luso-cristãos pelos meninos índios. Por outro lado, os meninos portugueses também aprenderiam valores indígenas como a música, o canto, a dança, o corte do cabelo. Se para Portugal esses órfãos eram um problema, para o Brasil eram solução: facilitavam a educação dos indiozinhos nos padrões da cultura lusitana.

O projeto de evangelização jesuítico, audacioso, tinha também intenções vocacionais. Houve órfãos portugueses que se tornaram sacerdotes. A mesma tentativa foi feita junto aos índios. Porém, a necessidade de escravizar o índio criou também a imagem negativa sobre o mesmo, bloqueando a possibilidade de acesso ao sacerdócio.

Após três décadas de presença missionária, foi vetado aos índios, mamelucos ou seus descendentes, o acesso à formação sacerdotal e religiosa, cortou-se também a possibilidade de acesso ao mundo cultural ocidental através das escolas dos jesuítas. E isto passou a ser uma atitude oficial da Igreja a partir dos fins do século XVI, adotada não só pelos jesuítas, mas também os beneditinos.

1.1.3 As Confrarias do Menino Jesus

De 1550 a 1560 existiram no Brasil as Confrarias do Menino Jesus. Eram instituições mantidas e dirigidas por religiosos e confrades leigos que acolhiam os órfãos e os indígenas para uma educação mais aprimorada.

As confrarias religiosas garantiam a subsistência. Esses meninos eram preparados



para serem evangelizadores, por isso eram chamados “Meninos de Jesus”. Começaram porém, a surgir tensões entre confrades leigos e religiosos no tocante à orientação a ser dada à direção desses estabelecimentos e à forma de evangelização. Como resultado foram extintas as confrarias, dando lugar aos colégios dirigidos exclusivamente pelos jesuítas.

1.1.4 Os Colégios dos Meninos de Jesus

A partir de 1550, com a vinda dos meninos órfãos de Portugal, foram sendo fundados colégios dirigidos por jesuítas. Além desses meninos, eram atendidos também mamelucos, índios e filhos de portugueses. Os órfãos se aproximavam dos indígenas para trazê-los ao colégio.

Nos colégios, se ofereciam os cursos elementar e secundário, com aulas de latim.

Vale ressaltar que o objetivo inicial desses colégios era educar os filhos dos indígenas, e os órfãos eram coadjuvantes nessa tarefa. Nóbrega, em 1554, escrevia aos superiores:

“Dos moços órfãos de Portugal nunca foi minha intenção adquirir a eles nada, nem fazer casas para eles senão quando fosse necessário para com eles ganhar os da terra e os ensinar e doutrinar”.

Em 1550, chegaram 7 órfãos; no ano seguinte, um outro grupo. Em 1555, chegaram mais 20, distribuídos pelas várias capitanias.

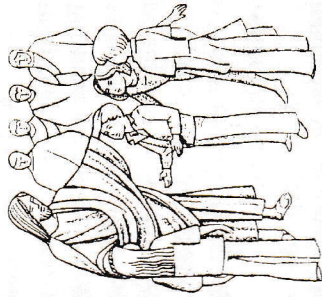
Os colégios dos Meninos de Jesus:

- 1550 - Em Salvador, o primeiro de todos. Fundado pelo Pe. Nóbrega, foi auxiliado inicialmente por Tomé de Souza.

Em 1556 começa a funcionar com o curso de letras ou humanidades.;

Em 1572, nele começa os primeiros cursos superiores do Brasil: Filosofia e Ciências.

- 1551 - Em Porto Seguro (Pe. Navarro);
- No Espírito Santo (Pe. Afonso Brás);
- 1553 - Em São Vicente (Pe. Leonardo Nunes) ;
- 1554 - Em São Paulo (Pe.Nóbrega transfere o Colégio de São Vicente);
- 1573 - Colégio do Rio de Janeiro;
- 1575 - Colégio de Pernambuco.



Outros colégios foram sendo criados nas principais cidades, de tal forma que, a partir do Século XVII, a atividade mais importante da Companhia de Jesus passou a ser a educação colegial, destinada cada vez mais aos filhos dos colonos brancos. Gradativamente perdeu-se a atuação missionária junto aos meninos indígenas, e os colégios passaram a seguir o ritmo da colonização em geral: destaque para os brancos, desinteresse pelos índios. Com o tempo, os mulatos passaram a ter mais acesso a essas escolas que os indígenas. Mas a classe senhorial passou a exigir a exclusão destes. Na verdade, a classe senhorial luso-brasileira se esforçava para manter seus privilégios e seu poder, evitando e vetando a ascensão social dos demais grupos étnicos como mamelucos e mulatos.

O período colonial fez também restrições à formação cultural das mulheres. A sociedade patriarcal considerava isso não apenas inútil, como também perigoso. Portanto, não foram fundados colégios e educandários para as meninas. Elas permaneciam na ignorância quase completa.

Havia preconceitos quanto à presença da mulher fora de casa. Os conventos que recebiam algumas internas de famílias nobres, tinham a função de prepará-las para a direção do lar, setor de artes e prendas domésticas. E normalmente as educandas eram primas, sobrinhas ou irmãs das religiosas do convento. O interesse por esse tipo de formação diminuiu no regime escravocrata, pois os escravos faziam os trabalhos manuais e a mulher passou a se interessar pela vida em sociedade.

1.2. O AMPARO ÀS CRIANÇAS ENJEITADAS

1.2.1 Os Enjeitados na Sociedade Colonial

A violência sexual dos portugueses contra as mulheres indígenas e africanas gerou muitas crianças ilegítimas no Brasil colonial. Mas isso não chegou a constituir um verdadeiro problema social nos primeiros séculos. A sociedade era tipicamente rural, e sua economia girava ao redor da cana e do gado. A vida familiar se desenvolvia nos engenhos e nas fazendas. As próprias comunidades agrícolas assumiam o sustento e a criação das crianças enjeitadas.

A questão começou a ser sentida no Brasil, em fins do século XVII e principalmente a partir do século



XVIII, com o início do ciclo do ouro, quando a vida urbana passou a se desenvolver e tomar incremento.

O fenômeno das crianças enjeitadas passou a ser um problema tipicamente urbano. No momento em que as cidades se multiplicavam e a vida urbana se enraizou, o menor abandonado despontou como questão preocupante.

A partir do século XVIII, as crianças enjeitadas começaram a ser assumidas pelo laicato católico, através das Irmandades da Misericórdia. Estas foram implantadas na colônia luso-brasileira nos principais centros urbanos a partir do Século XVI. A primeira foi a de Santos, fundada por Brás Cubas em 1543.

Na sociedade colonial, o poder público sempre foi omissivo no atendimento aos enjeitados, cuja situação começou a tornar-se um problema social de proporções cada vez mais significativas. Ante a ausência da ação governamental, a questão passou a ser um desafio para a caridade cristã.

1.2.2 A Roda dos Expostos

A "Roda" surgiu para servir alimentos, remédios e mensagens para os reclusos conventuais. Era uma caixa cilíndrica de madeira, repartida ao meio por tábuas, que girava sobre um pino posto sobre seu eixo principal, e era encaixada dentro da parede do edifício.



Alguns pobres começaram a colocar aí os filhos que não podiam criar. A primeira roda existiu no hospital do Espírito Santo, em Roma, em 1198. No século XV, esta prática foi comum nos hospitais. Em 1543, D. João III confiou à Irmandade de Misericórdia a assistência das crianças enjeitadas de Lisboa.

No Brasil, nos primeiros séculos da colônia, na Bahia, os enjeitados eram confiados ao cuidado de famílias.

De 1699 a 1726 cerca de 121 enjeitados foram abrigados em famílias por conta do município. Mais da metade, porém, faleceu antes do término do triênio. As Irmandades também atendiam os enjeitados e nelas recebiam maiores cuidados.

Em princípios do século XVIII, o número dos bebês abandonados causava escândalo público. Basta ver o que diz Russel-Wood:

"As mães deixavam os filhos à noite nas ruas sujas. Frequentemente eram devorados pelos cães e outros animais que rondavam pelas ruas da capital brasileira. Em outras ocasiões, morriam simplesmente de fome ou de

exposição aos elementos. Algumas mães deixavam os filhos nas naveas das Igrejas ou às portas dos conventos na esperança de que algum padre ou freira bondosos os alimentassem e lhes conseguissem um lar. Outras abandonavam as crianças nas praias para que se afogassem com a maré enchente."

Assim, o Governador Geral da Bahia, Sabugosa, pressionado por todos os lados, exigiu que a Irmandade de Misericórdia instituisse uma roda de expostos, concretizada em 1726.

As razões que levavam pais a enjeitarem as crianças eram de ordem econômica e, em maior escala, o rígido controle sobre a virgindade feminina e a fidelidade matrimonial.

Esta última motivação atingia a minoria branca. Não consta que mães indígenas, negras ou mestiças tenham abandonado crianças por terem sido geradas antes ou fora do matrimônio.

Em 1758, primeiro ano em que se tem registro, foram deixadas na roda da Santa Casa de Salvador 79 crianças, das quais 55 eram brancas. Esses registros continuam nos anos subsequentes. Junto à criança, deixavam objetos em jóias, que permitissem mais tarde, depois de criadas, identificá-las e resgatá-las.

A roda dos expostos da misericórdia tinha, pois, como objetivo amparar as crianças vítimas da rigidez da ética social. Era função típica do laicato católico. Consta que no período colonial, apenas Salvador e Rio de Janeiro (1738), tiveram roda de expostos. São Paulo só instalou as suas em 1824.

1.3. A DEFESA DA VIRGINDADE FEMININA

1.3.1 Os Conventos Femininos

No período colonial os conventos e os recolhimentos femininos foram os instrumentos mais adequados para preservar a virgindade feminina, seja em caráter transitório,

definitiva.
dois tipos de vida
da classe senhorial
mulheres brancas
mulatas, às negras



seja como opção
Havia então
religiosa feminina: o
portuguesa, para as
ricas e o acessível às
e às brancas pobres.
primeiro convento

O feminino foi criado em 1677, na Bahia.

Para as filhas da classe senhorial havia dois destinos: o casamento ou a vida conventual. O primeiro era decidido pelos pais, segundo critérios

econômicos; o segundo, era decidido pelos critérios econômicos, pois quem não tinha dote entrava no convento, onde o dote para o ingresso era menos oneroso.

Assim, não conseguindo casar as próprias filhas, os pais as encaminhavam para os conventos a fim de salvaguardar-lhes a virgindade.

A mulher era considerada física e intelectualmente inferior ao homem, incapaz de dirigir-se; o pai decidia, a filha obedecia. Dessa forma, o convento era uma solução para as dificuldades econômicas e para as relações sociais.

A partir dos 12 anos, o casamento era permitido por lei, e em geral, se realizava entre os 12 e 14 anos. Desde os 8 anos de idade, as meninas já eram preparadas pelos pais para um futuro casamento ou para ingresso na vida religiosa.

1.3.2 O Recolhimento para as Índias

O primeiro recolhimento para as índias data do século XVI, junto à Laguna dos Patos em Santa Catarina. A idéia era preparar meninas índias para a vida conventual. Havia, porém outra razão específica para a criação destas instituições: era a preocupação de preservar a virgindade, uma vez que eram facilmente exploradas sexualmente pelos colonizadores lusos.

Esse esforço dos jesuítas fracassou por causa dos preconceitos raciais vigentes entre os colonizadores lusos. Os colonos preferiam manter as jovens índias como amásias, sem assumir nenhum compromisso jurídico ou religioso, a casar e ter que renunciar à fidalguia por perder a pureza do sangue, típica de cristãos velhos.



1.3.3 A Vinda de Órfãos Lusos

Com o fracasso da tentativa de recolher as índias, Pe. Nóbrega solicitou à Coroa envio de meninas órfãs para o Brasil, a fim de que se tornassem futuras esposas dos colonos. O objetivo era implantar a instituição familiar na colônia.

Em três viagens sucessivas, vieram 18 órfãs:

- 9 para a Bahia, em 13 de julho de 1551;
- 3 em 1553, com o governador Duarte da Costa;
- 6 em janeiro de 1558, com Mem de Sá.

Apesar da vinda das meninas e dos casamentos realizados, não diminuíram os relacionamentos sexuais dos colonizadores com índias, negras e mestiças.

Dessa forma, se as órfãs trazidas de Portugal constituíram tentativa de solução de um problema moral. A orfandade e o desamparo das crianças nascidas no Brasil, no entanto, transformava-se num verdadeiro problema social.

1.4. A CRIANÇA NEGRA

Pouca atenção se dá ao estudo da criança negra. Sabe-se que, na África, crianças eram vendidas como escravas, pois eram consideradas bocas inúteis em algumas regiões e períodos. Muitas eram trocadas por prisioneiros. Outras, vendidas pelas famílias em épocas de fome e outras, ainda, vendidas aos traficantes devido a disputas de parentelas. Além disso, as "crias de peito" (que mamavam) não eram taxadas; as "crias de pé" (que andavam), quando consideradas separadamente das "de peito" pagavam meio direito, e o embarque clandestino era mais fácil. Dizia-se que o número de crianças na relação dos negreiros era sempre inferior ao realmente marcado.

Esse tráfico não interessava muito porque os negrinhos eram improdutivos e, também porque as taxas de mortalidade infantil eram altas e isso trazia riscos de prejuízo. Apesar desses fatores, o percentual de crianças negras embarcadas nos portos africanos chegou a representar, em certas épocas, cerca de 20% do total dos escravos traficados.

O que faziam as crianças negras?

O trabalho da criança escrava começava cedo. Depois dos 5 ou 6 anos, já eram entregues à tirania dos outros cativos que os domavam a chicotadas, habituando-os à força aos rigores da faina diária. Antes mesmo dessa idade, já desempenhavam determinadas tarefas e, muitas vezes, acompanhavam suas mães ao campo onde



tiravam ervas daninhas, semeavam, colhiam frutos, cuidavam dos animais domésticos. Com 7 ou 8 anos, começavam a fazer serviços mais pesados e de forma regular. As que ficavam na Casa Grande eram: pajens ou moleques de recados, buscavam o jornal e o correio, encilhavam os cavalos, lavavam os pés

das pessoas da casa e dos visitantes, escovavam as roupas, engraxavam sapatos, serviam a mesa, espantavam mosquitos, balançavam a rede, buscavam água no poço e carregavam pacotes. Já nas fazendas ou engenhos, eram enviados às plantações, colhiam e beneficiavam o café, descaroçavam o algodão, descascavam mandioca, fabricavam cestos e cordas.

Os dados históricos revelam que era grande o número de crianças colocadas nas rodas e casas de expostos.

A Lei do Ventre Livre (1871) facilitou o abandono, trazendo consigo o problema do desamparo a que foram submetidas as crianças negras. A Lei não resolvia o problema prático de sua subsistência no tocante a: saúde, educação e abrigo. A medida legal agravou ainda mais a situação do "menor abandonado". As crianças negras nascidas a partir de 28 de setembro de 1871, data da Lei, eram esquecidas, pois como não renderiam mais tarde, já não interessavam aos donos de seus pais. Os senhores abandonavam os filhos de suas escravas nas casas dos expostos a fim de alugá-las como amas de leite.

Nessa realidade de abandono, de exploração e de violência contra a criança negra, era quase nula a preocupação por parte da Igreja.

2. SOCIEDADE IMPERIAL (1822 - 1889)

As características da sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata do período colonial continuaram na sociedade imperial. Por conseguinte, a preservação da virgindade feminina e a educação da jovem para o lar eram as preocupações maiores dos poderes públicos, religiosos e associações em relação às crianças.

Vale ressaltar que as famílias brasileiras adotaram um regime de plena liberdade para os filhos. Concorreu para a miscigenação racial e o contato com as raças indígena e africana. Esse fato causou nos europeus do século XIX, o mesmo espanto que causara aos jesuítas do século XVI a educação dada pelos indígenas a seus filhos.

Em 1886, o inglês Robert Edward Edgambé escreveu:

"O pai e a mãe no Brasil vivem com os filhos ao redor, estragam-nos até onde podem. Uma criança brasileira é pior que um mosquito hostil. As casas brasileiras não tem um lugar para eles, e como se considera cruel por os queridinhos para dormir durante o dia, tem-se prazer ininterrupto de sua companhia."

E, em 1887, a alemã Moritz Lamberg:

"O carinho dos pais pelos filhos enquanto pequenos chega a não ter limites, e é principalmente o pai quem se ocupa com eles, quando tem um minuto livre. Ama-os até à fraqueza, e até certa idade, atura as más-criações. Não há nada que mais o moleste do que ver alguém corrigir seu filho."

Ina von Binzer, professora alemã, escrevia a uma amiga em 1882:

"Imagine isto: outro dia, ao entrar na classe, achei-a muito inquieta e barulhenta... Quando obtive silêncio para poder ser ouvida, ordenei: levantar, sentar cinco vezes seguidas, o que no nosso país nunca deixa de ser considerado vergonhoso para uma classe. Mas aqui, oh, sancta simplicitas! - quando cheguei a fazer-lhes compreender o que delas esperava, as crianças estavam tão longe de imaginar que aquilo representasse um castigo, que julgaram tratar-se de uma boa brincadeira, e pulavam perpendicularmente como um prumo, para cima e para baixo, feito autômatos, divertindo-se regamente."



Mas essa liberdade infantil durava pouco tempo. Nas famílias pobres, os meninos eram logo envolvidos com a força do trabalho. Nas famílias ricas, eram enquadrados nos padrões da sociedade adulta. A classe senhorial internava os filhos nos colégios e os meninos e meninas eram obrigados a "amadurecer" cedo. As meninas vestiam-se como senhoras e aos 15 anos geralmente já eram mães. Às vezes, até aos 13 anos. No internato, elas aprendiam a arte de ser "mulher": música, dança, bordado, orações, francês, às vezes inglês, e um pouco de literatura.



Com os meninos ocorria situação análoga. Basta ver o que escrevia sobre os meninos o pastor Fletcher, em meados do século XIX:

"Antes dos doze anos, parece um pequeno velho, com seu chapéu preto de capa dura, colarinho empertigado e bengala; na cidade passava como se todo o mundo estivesse olhando para ele, e como se estivesse espartilhado. Não corre, não salta, não roda arco de barril, não joga pedras, como os meninos da Europa e da América".

Destaque-se, porém, que esse é um quadro relativo aos filhos da classe burguesa em formação, e da aristocracia. As crianças pobres continuavam na penúria.

Até meados do século XIX, a questão da assistência às crianças empobrecidas continuava crônica. Alguma solução era buscada em asilos e recolhimentos femininos e nas Irmandades de Misericórdia.

Em 1849, o americano Ezequiel I. Barra, fazia esse relato de uma visita ao Rio de Janeiro:

"Ao percorrer a cidade dei com uma mansão de pedra de dois andares, rodeada por muros de pedra muito altos, acima dos quais pude ver o topo das árvores. Indaguei o que era aquilo e me informaram que se tratava de um asilo de meninas, e que era patrocinado pelo imperador e pela imperatriz, e estava a cargo de uma ordem religiosa. Eram recebidas órfãs e crianças abandonadas por pais cruéis. Eram criadas e educadas para serem úteis física e mentalmente - aprendiam a ler, a escrever, aritmética, costura, cozinha, e todos os ramos úteis do trabalho cotidiano. Muitos moços vão lá procurar esposas e depois de apresentar atestado de boa moral e de serem trabalhadores, são recebidos no vestibulo, onde encontram as moças casadouras. Quando escolhem e o desejo é recíproco, o jovem é levado a fazer uma doação razoável à instituição, ou então a dar uma garantia de que irá fazê-lo no futuro próximo".

Com o advento da industrialização, na segunda metade do século XIX, acelerou-se o processo de urbanização e agravaram-se os problemas sociais. Cresceu a questão do menor abandonado e da orfandade resultante das frequentes epidemias como febre amarela e cólera-morbo, e da Guerra do Paraguai.

Para atendimento desses menores, dois setores ligados à Igreja foram mobilizados: o laicato, com a fundação de associações religiosas, dedicadas a



angariar recursos para a criação de atividades e obras em benefício dos menores abandonados; e os religiosos - principalmente freiras - voltados à educação de crianças carentes. Progressivamente esses institutos religiosos femininos vão substituindo, no atendimento às crianças desamparadas, as Santas Casas de Misericórdia e suas instituições anexas, como asilos para órfãos e rodas dos expostos.

A partir do segundo reinado, diversas congregações religiosas femininas iniciam suas atividades no Brasil, dedicando-se à área educacional, hospitalar, ao trabalho nas Santas Casas, em obras assistenciais, creches e asilos para a infância. Entre elas, podemos citar as Irmãs de São José de Chambery, as Dorotéias, as Filhas Santana, as Franciscanas da Caridade e da Penitência, as Irmãs do Imaculado Coração de Maria e as Filhas da Caridade.

Analisamos aqui, brevemente, a ação das Filhas da Caridade, das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, das Casas de Caridade e das Associações Católicas de Proteção ao Menor.

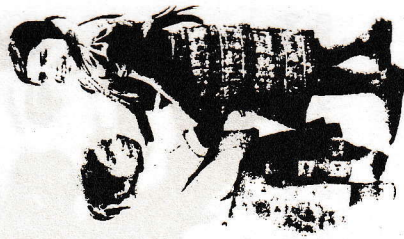
2.1 As Filhas da Caridade

O instituto religioso feminino mais importante a atuar no Brasil no 2º Reinado foi o das Filhas da Caridade ou Irmãs Vicentinas, fundado na França. Foram as primeiras religiosas de vida ativa no Brasil. Chegaram em 1848, a Minas Gerais, Mariana. Tinham como finalidade, além de cuidar dos doentes, atender as meninas órfãs e pobres e as velhas desamparadas.

As irmãs criaram dois tipos de "casas": uma voltada ao recolhimento de órfãs desamparadas e a outra para atendimento de pessoas doentes e idosas. As famílias pobres, no início, evitavam essas casas por diferenças culturais. Com o passar do tempo, esses empecilhos foram sendo paulatinamente superados e as "casas" foram ocupadas pelas pessoas a que se destinavam.

Essas obras, inicialmente, eram sustentadas pela coleta de esmolas, mas isso sempre era incerto e insuficiente. Desta forma, implantaram um colégio destinado às filhas da aristocracia local, para, com o dinheiro de pagamento, sustentar as obras assistenciais. Isso também foi difícil, uma vez que em muitas regiões continuava-se a considerar a instrução das mulheres como algo inútil.

No Rio de Janeiro, as Irmãs Vicentinas assumiram a direção interna da Santa Casa de Misericórdia, o mesmo ocorrendo em outras cidades. Após o atendimento aos enfermos, passavam a dirigir as rodas dos expostos e asilos para crianças abandonadas. Esse recolhimento de



crianças privilegiava o atendimento a crianças do sexo feminino, às quais, porém, não era oferecido grandes perspectivas de futuro.

Mais tarde, também no Rio de Janeiro, as religiosas fundaram um instituto educativo que atendia a classe abastada e mantinha em anexo, um orfanato para meninas e um asilo para velhas.

Na Bahia, chegaram em 1853, fundando um colégio para educação das filhas das famílias católicas. Dois anos depois, elas fundaram uma obra para a infância desamparada. E mais tarde, em 1862, assumiram a direção do asilo para abrigo das expostas ou enjeitadas. Em Pernambuco, no ano de 1857, foram chamadas para atividades assistenciais e assumiram no ano seguinte, a direção da casa de expostos. Em 1859, assumiram uma nova casa destinada a órfãs de pai.

Em 1865, chegaram ao Ceará, e fundaram um colégio de meninos e um orfanato para meninas. No final do Período Imperial, as Filhas da Caridade haviam se instalado em várias partes do Brasil, criando colégios para a formação da juventude. A prioridade porém, que era o cuidado aos doentes, velhos e crianças nunca foi abandonada.

2.2. As Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Fundada em 1843, na Áustria, a congregação enviou as suas primeiras representantes ao Brasil em 1848. Sua área de atuação era o atendimento à infância desvalida.

Em 1853, assumiram a direção de um asilo para órfãos na cidade de Niterói, que, no ano seguinte, abrigava 26 órfãs e 4 órfãos.

As noviças, na profissão religiosa, além dos três votos tradicionais, faziam também a promessa de cuidar da educação da infância desvalida.

No ano de 1855, instalaram-se na cidade de Pelotas, assumindo os cuidados de um asilo de órfãos. Em Porto Alegre, chegaram em 1857, para criar um asilo para meninas desvalidas e expostas da Santa Casa. Depois, em 1871, em Petrópolis, Rio de Janeiro, assumiram uma escola doméstica para meninas órfãs de militares. Em 1873, deixaram o asilo por divergências com o sacerdote fundador da obra.

A congregação nasceu com a clareza de atender a infância carente. Progressivamente porém, como ocorreu com outras, ela passou a dar mais atenção às filhas de colonos da classe média brasileira em ascensão.



2.3. As Casas de Caridade

No nordeste, a visão e tratamento dado ao menor pouco mudaram no período imperial em relação ao que se fazia antes.

Grande parte das mudanças que ocorreram no atendimento ao menor, sobretudo do sexo feminino, nessa região e nesse tempo se deve ao Pe. Ibiapina.

Cearense, atuou de forma marcante durante a metade do século passado. Ex-deputado federal, ex-advogado, foi ordenado sacerdote em 1853, iniciando atividades de um missionário popular.

Entre suas preocupações pastorais, estavam o desamparo das órfãs e o abandono das recém-nascidas.

As casas de caridade constituíram sua obra principal. Elas eram uma espécie de asilos ou orfanatos que abrigavam meninas pobres ou abandonadas pelos pais.

O povo participava da sua construção e manutenção. As Casas de Caridade ficavam aos cuidados das chamadas "beatas" - mulheres providas das camadas mais pobres da população que assumiam uma forma de vida religiosa para os sertões do nordeste.



Durante o segundo reinado, a contribuição das Casas de Caridade para minorar os problemas sociais no nordeste foi expressiva. Calcula-se que, em 1878 cerca de mil órfãs estavam amparadas por tais instituições.

Atendendo órfãs, oferecendo-lhes um lar, as Casas de Caridade visavam prepará-las, através da educação e instrução em atividades diversas como culinária, costura e economia doméstica, seja para o matrimônio, seja para a vida religiosa.

2.4. Associações Católicas de Proteção ao Menor

Com a influência das novas idéias liberais que acentuavam o valor da ciência e do progresso e desmereciam a ação caritativa da Igreja, entram em crise, ao longo da época colonial, as tradicionais confrarias da Igreja. Pouco a pouco, multiplicaram-se as críticas às formas de expressão do catolicismo tradicional. A urbanização progressiva e o advento da economia capitalista

influenciaram as Irmandades basicamente assistenciais. Com dificuldades para remunerar funcionários leigos, as instituições de caridade começaram a confiar a direção de suas casas às religiosas vindas da Europa. Os bispos reformadores, inspirados no Concílio de Trento, fortaleceram o poder dos clérigos e religiosas e diminuíram a força do laicato. Tudo isso somado, acabou decretando a falência das instituições leigas e a ascensão do clero secular e institutos religiosos mais facilmente controláveis pela hierarquia. Dentro desse contexto as Irmandades da Misericórdia passaram a perder hegemonia, e criaram-se associações leigas de forte poder econômico.

As associações católicas criadas na época imperial tinham como objetivo principal oferecer recursos para as congregações femininas atenderem as crianças órfãs. Foi assim que surgiu a Irmandade de São Vicente de Paulo, em Salvador, que tinha como diferença básica das tradicionais Irmandades da Misericórdia o fato de não empreenderem atividades de caráter social de forma direta, mas sim através de um instituto religioso vindo da Europa. Os religiosos passaram a assumir tarefas, antes próprias dos leigos.

Nesse período, também surgiu a Associação das Mães Cristãs, grupo de senhoras que auxiliava as irmãs do Imaculado Coração de Maria angariando esmolas para os asilos e obras para as meninas órfãs.

Com a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, aumentou o número de crianças abandonadas, pois muitos senhores passaram a recusar o alimento e vestuário aos filhos dos escravos. Eram crianças livres e enjeitadas. Esse abandono, somado àquele da febre amarela, despertou a atenção da corte e senhoras católicas da nobreza fundaram a Sociedade Amante da Infância e dos Pobres, tendo como patronos a Princesa Isabel e o Conde D'Eu. Começaram atendendo diretamente crianças enjeitadas.

As Conferências Vicentinas foram outras associações leigas importantes. Mesmo sem privilegiar o problema do menor, e sim das pessoas marginalizadas, mostraram-se extremamente sensíveis ao agravamento da situação do menor abandonado. Em algumas cidades projetaram obras de assistência ao menor, incrementadas pelos salesianos, chegados ao Brasil em 1883.



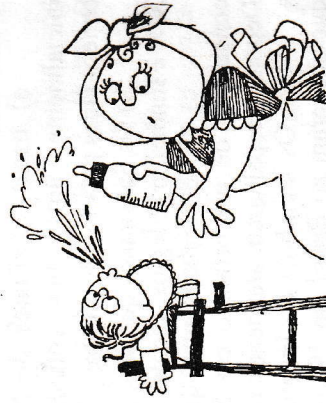
3. TRANSIÇÃO REPUBLICANA 1889-1958

Nas últimas décadas do Século XIX, o Brasil sofreu mudanças significativas em sua história. Na política surgiu a República; no plano social e econômico, desagregava-se o regime escravocrata, surgia o trabalho livre, consolidava-se o capitalismo. A Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, depois a Lei Áurea (1888) fortaleceram as mudanças.

Em todo país era forte a presença de crianças desamparadas. Tem-se notícias da existência das rodas de expostos ainda no início do Século XX. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, por exemplo, só encerrou as atividades da roda de expostos em 1950. Eram comuns bilhetes, e objetos que demonstravam ligações afetivas com as crianças. É o caso do bilhete que chegou junto com o pequeno Alexander Halgos:

"Alimentação de Alexander, até hoje foi: Horas: 7, 10, 14, 18, leite 250 grs., 50 grs. de água. Creme de arroz: 3 colheres de chá, fervido o leite misturar com a farinha e água 5 minutos no fogo. Entre as refeições está acostumado a tomar suco de tomate, banana, abacate, mamão, pão, café bem claro.

Desde o nascimento estava criado em cima de mamadeira. Está constipado e tosse um pouco. Deus que paga essa gente que vão cuidar dele. Alexander não está batizado".



As causas que levavam uma criança ao rol dos expostos eram: encaminhamentos feitos pela polícia ao encontrarem crianças abandonadas nas ruas, nas portas das casas em terrenos baldios ou por diretores de hospitais ou hospícios, por terem sido aí abandonados: doença ou morte da mãe; e, a mais frequente, falta de recursos econômicos dos pais.

O fim do regime escravocrata trouxe como consequência a desvalorização do trabalho manual, prestigiando a cultura do tipo acadêmica. Por outro lado, o ensino profissional e agrícola era desenvolvido por institutos religiosos masculinos, trazendo dignificação do trabalho. Surgem, nesta área, ações dos Salesianos, Escalabrinianos, Josefinos de Murialdo, Maristas e Lassalistas.

Nessa época, os costumes morais também começaram a mudar. A família abre-se à vida da sociedade, diminui a reclusão da mulher no lar e cresce a sua participação na vida cultural, antes restrita aos homens. Daí surge a necessidade de maior e melhor escolarização da mulher. As congregações

femininas que vieram para apostar neste novo campo de atuação a partir do último quartel do Século XIX, foram numerosas. Multiplicaram-se colégios, internatos, semi-internatos e externatos. Ofereciam basicamente às meninas e adolescentes urbanas a tão desejada preparação intelectual.

Durante toda a primeira metade do Século XX, floresceram esses institutos femininos.

A preocupação dos religiosos e da Igreja se dava também na área da educação religiosa. Esta foi outra mudança acontecida com a República. Ela foi a proclamação do estado leigo republicano; foi a passagem do governo sacral para uma sociedade leiga. Por isso surge, além da dimensão social, a dimensão religiosa na ação eclesial de forma bem mais acentuada. E a Igreja passa a atuar tanto na esfera educacional, como na assistência em prol dos menores, a partir de uma preocupação eminentemente espiritual.

Deste período, destacamos algumas congregações, conforme Riolando Azzi in "A Igreja e o Menor na História Social Brasileira", sem detalhar seus apostolados:

- a) Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade que assumiram, inicialmente, uma obra voltada às crianças filhas de mães escravas, beneficiadas pela Lei do Ventre Livre;
- b) Os Salesianos que chegaram ao Brasil nas últimas décadas do Século XIX e fundaram colégios, escolas profissionais, agrícolas e patronatos;
- c) Os Escalabrinianos, que vindos da Itália, iniciaram em 1894, a construção de um orfanato em São Paulo para abrigar filhos dos italianos. Depois se espalharam atendendo meninos e meninas;
- d) Os membros do Instituto da Pequena Obra da Divina Providência que chegaram ao Brasil em 1914, para se dedicarem à educação da juventude pobre e desvalida e assistência aos doentes desamparados;
- e) Josefinos de Murialdo, que vieram em 1915, com o carisma de um apostolado voltado para a Infância e a Juventude empobrecida e abandonada.

4. O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Nestas duas décadas o Brasil tornou-se um país nitidamente urbano, registrando um acelerado êxodo rural, como consequência, em grande parte da industrialização.

Com esse fenômeno urbano aumentou o número de fábricas e, consequentemente, a necessidade de mão de



obra fizeram com que boa parte da população se visse atraída pela possibilidade de um emprego na cidade. E multiplicam-se então, as favelas, os cinturões de miséria. Famílias pobres se agrupam, sempre em busca de trabalho e esperança de melhores condições de vida.

É neste contexto que o Brasil viu aumentar também o número de crianças empobrecidas nas ruas e nos grandes centros.

O novo modelo econômico adotado pelo regime militar fez crescer a miséria, aumentando o número de crianças pobres e abandonadas. Como consequência, multiplicaram-se os casos de infrações da lei por adolescentes, aos quais uma justiça deficiente não dava proteção e assistência adequadas,

A necessidade de sobrevivência fez com que muitas crianças fossem aliciadas por adultos na prática de furtos e para o comércio de drogas.

Também na área rural a situação das crianças era grave neste período. Eram obrigadas, desde a infância, a trabalhar para ajudar na economia familiar, seja a serviço de terceiros, longe de casa, seja em trabalhos que excediam sua capacidade física. E, em qualquer dessas situações, por salários irrisórios e sem qualquer proteção legal.

Na história do Brasil, a situação das crianças pobres do sexo feminino foi sempre precária, sobretudo entre as famílias dos migrantes. Isto fica bem expresso no texto publicado pela CNBB em 1987:



"As meninas destas famílias migrantes e empobrecidas assumem muito cedo o cuidado dos irmãos menores para que os pais possam trabalhar. Logo que atingem a puberdade, muitas se empregam como domésticas. Despreparadas para a nova situação de vida, sem apoio da família que as recebe, carentes afetivamente, são desprezadas em todos os seus direitos; muitas, enganadas, caem no relacionamento sexual. Se acontecer a gravidez, entram no dilema: assumir o filho, dóá-lo ou abortar. Na primeira hipótese, correm o risco não só de perder o emprego, mas conservando-o, de não terem recursos suficientes para si e a criança. Na segunda, há os traumas de separação mãe e filho. Na terceira, acontecem as terríveis consequências psicossomáticas e éticas do aborto. Este contexto oferece o recurso à prostituição".

Nas regiões de fluxo migratório e nas áreas de mineração e extração da madeira, a prostituição infantil toma proporções bastante graves, como informa uma nota do Jornal do Brasil:

"Em Rio Branco, são as mães que levam as filhas a se prostituírem com os pedões que vão para lá explorar ouro. Ou as vendem aos caminhoneiros que vêm para o sul, certas de que aqui elas encontrarão uma vida melhor. Recente levantamento de jovens do Pará apontou que só na capital há 30.000 menores entre 11 e 15 anos vivendo da prostituição" (Jornal do Brasil outubro de 1985).

A década de 70 coloca em evidência a imagem do "MENOR". O acirramento das desigualdades transforma as ruas dos grandes centros urbanos em alternativas de sobrevivência.

Nesse período, a hierarquia da Igreja Católica tornou-se mais sensível à questão do menor carente. Os religiosos e educadores católicos defrontaram-se com um problema que atinge diretamente a educação.

A partir da década de 1960 aumenta a preocupação de algumas congregações religiosas por serem identificadas com a classe econômica média ou rica.

Igual preocupação teve a Associação de Educação Católica, AEC, órgão que congrega os institutos religiosos dedicados à educação, nesta mesma época. Há uma intenção em modificar as estruturas de suas escolas para atenderem às comunidades em que estão inseridas.

Sabe-se que a história do atendimento às crianças no Brasil nestas duas décadas, foi escrita por inúmeros agentes, congregações, institutos, lideranças leigas, que, sem terem sido citadas tem sua relevância nesta história.



CONCLUSÃO

Concluindo essa análise, queremos chamar a atenção sobre alguns pontos que parecem mais evidentes.

Em primeiro lugar, o jeito como os Jesuítas abraçaram a causa evangelizadora revela desrespeito à cultura autóctone, instrumentalização dos meninos indígenas e órfãos portugueses, subserviência à Coroa em determinados momentos, educação autoritária e distanciada do contexto sócio-cultural.

Por sua vez, o período colonial, em seu término, privilegiou o atendimento às meninas respondendo à mentalidade moralista e própria de uma sociedade patriarcal. A Igreja se torna serva dos interesses sociais e, até mesmo das classes senhoriais. Chama atenção de imediato, neste período, o comprometimento laical com os pequenos enjeitados. Muitas iniciativas de grande significação para os menores encontraram aí seus idealizadores.

A preocupação com o poder, porém, levou a Igreja a tolher as iniciativas e os trabalhos dos leigos, limitando sua ação à quase só coletas de esmolas.

A sociedade imperial continuou privilegiando a educação das meninas, mas com o intuito de salvaguardar-lhes a virgindade e preparar para o casamento. A Igreja privilegiou as instituições religiosas que, por sua vez, chegavam ao Brasil com o intuito de, sendo fiéis ao carisma apostólico, atender as necessidades sociais especialmente das crianças abandonadas, das órfãs, doentes e idosos.

Por último, percebe-se o período republicano como aquele que traz uma série de congregações religiosas, especialmente femininas. É fácil de observar, já no final do período anterior e, muito mais forte neste, o desvio de suas reais finalidades apostólicas perpetrado pelas congregações. Grande número delas sai do atendimento das "rodas de expostos" para o atendimento pago nos bancos escolares. Isso parece demonstrar quão frágil era a fidelidade ao carisma congregacional.

Resta observar que instituições ou associações leigas e a Igreja assumiram, na história brasileira, papel de destaque no atendimento à infância, porque o poder público quase sempre lavou as mãos.

BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando, *A Igreja e o Menor na História Social Brasileira*, São Paulo, Edições Paulinas, 1992.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene - *A Arte de Governar Crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e de Assistência à Infância no Brasil* - CESPI- USU - São Paulo.

RIZZINI, Irma - *Assistência à Infância no Brasil - Uma Análise de sua Construção* - CESPI - USU - São Paulo

RIZZINI, Irene- *A Criança no Brasil Hoje - Desafio para o Terceiro Milênio* - CESPI - USU - São Paulo

CNBB - *Texto Base da Campanha da Fraternidade de 1987*

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1. SOCIEDADE COLONIAL	7
1.1. A Educação dos Meninos Indígenas	8
1.1.1. Os Meninos Indígenas: Instrumentos de Evangelização	8
1.1.2. Os Órfãos Portugueses: Instrumentos de Acluturação	9
1.1.3. As Confrarias do Menino Jesus	9
1.1.4. Os Colégios dos Meninos de Jesus	10
1.2. O Amparo Às Crianças Enjeitadas	11
1.2.1. Os Enjeitados na Sociedade Colonial	11
1.2.2. A Roda dos Expostos	12
1.3. A Defesa Da Virgindade Feminina	13
1.3.1. Os Conventos Femininos	13
1.3.2. O Recolhimento para as Índias	14
1.3.3. A Vinda de Órfãos Lusas	14
1.4. A Criança Negra	15
2. SOCIEDADE IMPERIAL	16
2.1. As Filhas da Caridade	19
2.2. As Irmãs do Imaculado Coração de Maria	20
2.3. As Casas de Caridade	21
2.4. Associações Católicas de Proteção ao Menor	21
3. TRANSIÇÃO REPUBLICANA	23
4. O ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NAS DÉC. DE 60 E 70	24
CONCLUSÃO	27
BIBLIOGRAFIA	29

Conheça o KIT de Formação Pastoral do Menor

Caderno nº 1 - A Criança e a Igreja no Brasil.

Caderno nº 2 - História da Pastoral do Menor no Brasil.

Caderno nº 3 - Identidade e Mística da Pastoral do Menor.

Caderno nº 4 - O ECA, mais que uma Lei, um Compromisso.

Caderno nº 5 - Metodologia, Caminho Educativo da Pastoral do Menor.

Caderno nº 6 - Princípios e Diretrizes da Pastoral do Menor.

Caderno nº 7 - O Vozério das Crianças na Bíblia.

Caderno nº 8 - Uma Leitura Bíblica a Partir da Criança.



Diagramação, Revisão e Impressão:

GRÁFICA EDITORA DEHON LTDA.

Av. Patrício Lima, 946 - Caixa Postal 495

Fone: (048) 626-4000 - Fax: (048) 626-3333

88704-410 Tubarão - SC

Internet: <http://www.informatec.com.br/dehon/>

e-mail: dehon@informatec.com.br